



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal

Conselho de Cultura do Distrito Federal

ATA - SECEC/GAB/CCDF

10ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL - 2025

**No dia 27 de maio de 2025 foi realizada, presencialmente, das 18h30 às 21h30, na Biblioteca Nacional de Brasília, a 10ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Cultura do Distrito Federal, com a presença dos seguintes conselheiros(as):**

**Amauri Pessoa Veras - Conselheiro Titular do Poder Público;**

**Antonio Célio Rodrigues Pimentel - Conselheiro Titular do Poder Público;**

**Carolina Ribeiro - Conselheira Titular da Sociedade Civil;**

**Luiz Felipe Vitelli Peixoto - Conselheiro Titular da Sociedade Civil;**

**Neidelenia Regina de Macedo Nobre - Conselheira Titular da Sociedade Civil;**

**Rosa Carla Monteiro de Oliveira - (Presidente) Conselheira Titular do Poder Público;**

**Shurama Pinheiro Toledo - Conselheira Titular do Poder Público;**

**Wellington Rocha Nascimento - (Vice-Presidente) Conselheiro Titular da Sociedade Civil;**

#### **PONTO DE PAUTA: PNAB (Política Nacional Aldir Blanc) ciclo 2 - 2025 - Consulta Pública Presencial**

A Presidente Rosa Carla iniciou a reunião entregando o relatório e a apresentação sobre a consulta pública online da PNAB. Em seguida, o Sr. Lucas Freyer (SECEC) apresentou os dados e informou que o relatório foi publicado no DODF e no site da Secretaria.

A Presidente destacou que, além dessas divulgações, o material foi compartilhado com os conselheiros para encaminhamento aos grupos dos Conselhos Regionais via WhatsApp.

A Conselheira Neide criticou a funcionalidade do modelo de consulta. A presidente Rosa Carla rebateu, afirmando que a consulta online foi feita e que a presencial é justamente para complementar esse alcance. Reforçou que a divulgação foi feita pelos canais oficiais e que todos precisam assumir responsabilidade pela baixa participação. Destacou ainda que o silêncio também é uma forma de posicionamento.

A Presidente Rosa declarou aberta a participação da comunidade, concedendo a palavra ao Sr. Marcos que agradeceu pela oportunidade de fala e destacou a importância da biblioteca como meio democrático. Reivindicou maior atenção e orçamento justo para o setor do livro, literatura, leitura e bibliotecas, ressaltando que os recursos atuais são insuficientes frente aos custos, especialmente do setor editorial. Sugeriu a criação de políticas literárias específicas para regiões administrativas vulneráveis e defendeu uma gestão mais justa e profissional dos recursos culturais.

O Sr. Ailton destacou a necessidade de refletir sobre o incentivo a projetos culturais em escolas, considerando que já existem programas específicos para isso nos Ministérios da Cultura e da Educação, como o *Escola Viva*. Ressaltou que os recursos da PNAB devem ser direcionados prioritariamente à cultura, evitando sobreposição com ações já previstas nas políticas educacionais. Chamou atenção para as dificuldades enfrentadas por agentes culturais para atuar nas escolas, devido à burocracia e à falta de integração entre cultura e educação. Sugeriu que a articulação com as escolas ocorra por meio de programas já existentes no âmbito da educação. Finalizou criticando a baixa participação da comunidade

cultural nos debates sobre políticas públicas, em contraste com a grande adesão quando se trata de editais com recursos financeiros.

A Sra. Rita parabenizou a Secretaria de Cultura pelo esforço em realizar a consulta pública, tanto no formato virtual quanto presencial, destacando, porém, a necessidade de ampliar os formatos para garantir maior participação, especialmente por conta das dificuldades enfrentadas por quem vive em regiões periféricas. Questionou a efetividade da escuta pública diante do número reduzido de participantes em relação ao total de agentes culturais cadastrados no CEAC, sugerindo a adoção de novos métodos para alcançar representatividade mais consistente, inclusive com foco em dados quantitativos e qualitativos. Ressaltou a importância de considerar informações sublineares nos resultados da consulta, como a predominância de pessoas negras participantes, a presença majoritária de pessoas jurídicas entre os proponentes e a preferência por editais voltados à distribuição, bolsas e premiações. Enfatizou defendendo que, além do recorte territorial, as políticas culturais também devem valorizar as linguagens artísticas, citando a falta de editais específicos para o teatro e suas diversas manifestações. Finalizou lembrando que a PNAB, em sua segunda execução e garantida por mais três anos, tem caráter de reparação pós-pandemia, e reforçou a urgência de que as políticas culturais passem a valorizar e fortalecer as linguagens artísticas de forma transversal, além dos recortes territoriais já contemplados por outras políticas.

O Sr. Henrique expressou cansaço com o excesso de reuniões e burocracia, defendendo uma atuação mais prática na gestão cultural. Criticou a baixa participação na consulta pública e reforçou a urgência de que os recursos cheguem de forma rápida e justa aos artistas que atuam na ponta. Sugeriu a melhoria da comunicação entre a Secretaria de Cultura, conselhos, associações, gerências e grupos culturais, destacando a importância de uma articulação efetiva. Questionou se os órgãos públicos conhecem de fato a realidade e o potencial cultural das regiões administrativas. Encerrou sua fala defendendo a superação do discurso teórico em favor de ações concretas e práticas que façam as políticas culturais acontecerem de fato nos territórios.

A Sra. Leda apontou que a consulta presencial tem o objetivo de ampliar as contribuições que a consulta online não alcançou, possibilitando que a comunidade traga sugestões mais amplas. Destacou o alcance limitado da consulta e sugeriu sua retomada para aumentar a participação. Destacou que o teatro foi a linguagem artística com maior número de participantes, enfatizando a necessidade de revisão dos valores destinados às artes cênicas para ampliar o acesso aos recursos. Sugeriu a criação de mais vagas para circulação nacional, especialmente para teatro e música, observando que no último bloco digital houve concentração no rock e que outras vertentes musicais também devem ser contempladas. Comentou sobre a importância do audiovisual, destacando a necessidade de mecanismos que garantam a chegada dos produtos audiovisuais ao público, citando exemplos de projetos que levam conteúdo para escolas e espaços públicos. Ressaltou o alto custo do audiovisual e a dificuldade de garantir sua circulação.

O Sr. William destacou a ausência de linhas de financiamento para festivais de cinema no último PNAB, ressaltando que, apesar da existência de cerca de 18 festivais no Distrito Federal, muitos enfrentam dificuldades para ocorrer, como o Festival Taguatinga, que teve suas últimas edições canceladas. Apontou a falta de políticas claras para o audiovisual, criticando a inexistência de espaços adequados para exibição dos filmes, mencionando o fechamento do Teatro da Praça em Taguatinga e a falta de integração entre secretarias para resolver esses problemas. Questionou a gestão dos recursos públicos para o audiovisual, criticando o investimento em produção de filmes de alto custo sem apoio suficiente para festivais e espaços de exibição, o que prejudica a circulação e o acesso do público às obras. Reforçou a necessidade de respeito e diálogo do Secretário de Cultura com o movimento audiovisual e cultural em geral, alertando contra a divisão entre categorias artísticas que enfraquece a luta por políticas efetivas. Finalizou solicitando que as políticas para o audiovisual sejam elaboradas de forma clara e estruturada, com compromisso real de implementação, e pediu que as demandas discutidas sejam efetivamente cumpridas, evitando frustrações recorrentes.

A Sra. Veranne expressou preocupação com o baixo número de respostas à consulta, mas valorizou a oportunidade de participação presencial e defendeu que as contribuições da comunidade sejam consideradas com seriedade pela gestão pública. Sugeriu que as escutas ocorram de forma descentralizada e híbrida, como forma de ampliar e democratizar a participação. Defendeu que os

recursos da PNAB sejam aplicados com base nas linguagens artísticas, conforme o espírito da lei federal, diferentemente da lógica do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), que possui outra estrutura normativa. Criticou a alocação de recursos desproporcionais, como altos valores para poucos projetos, em detrimento da distribuição mais equitativa entre linguagens. Reforçou a importância de respeitar os percentuais legais para ações afirmativas, como cotas para pessoas negras, indígenas, com deficiência, além de grupos como mulheres, LGBTQIA+, pessoas em situação de rua e povos tradicionais. Finalizou reafirmando a necessidade de coerência na aplicação da PNAB com os princípios legais e democráticos que a orientam.

O Sr. Tércio destacou a falta de espaços públicos adequados para a realização de atividades culturais nas regiões administrativas, relatando a recorrente demanda de artistas e produtores culturais que, mesmo contemplados com recursos, não encontram locais apropriados para executar seus projetos. Ressaltou a importância de contemplar a manutenção e estruturação de espaços culturais nos editais e políticas públicas, alertando que sem infraestrutura básica, os fomentos perdem efetividade. Citou o exemplo de regiões como Arniqueira e Recanto das Emas, onde não há equipamentos culturais adequados para apresentações. Defendeu que cada cidade tenha espaços próprios para a cultura como casas, ginásios ou conchas acústicas, e sugeriu que haja uma linha específica de fomento voltada à estrutura cultural, e não apenas à programação artística.

A Sra. Josânia iniciou elogiando a PNAB pela adoção da possibilidade de correção de erros sanáveis na fase de habilitação, valorizando o mérito cultural e sugerindo que essa prática seja estendida ao FAC. Destacou a importância de se valorizar a continuidade de grupos artísticos, citando o exemplo do grupo Bagagem, com 45 anos de atuação no Gama, que representa a tradição teatral da cidade. Defendeu a criação de linhas específicas para continuidade de projetos e criticou a subdivisão excessiva das vagas, especialmente no teatro, que deveria concorrer em categorias próprias devido à sua relevância em Brasília. Apontou distorções nos recursos destinados a festivais, criticando o modelo atual por concentrar valores elevados (R\$ 700 mil) em poucos grupos, sem garantir democratização ou empregabilidade. Defendeu a reformulação dessa linha e destacou a exclusão da literatura, oralidade e cultura popular. Reivindicou maior valorização da cultura popular, observando que nem todos os fazedores têm acesso a pontos de cultura, apesar da forte presença dessa expressão em Brasília, cidade formada majoritariamente por migrantes nordestinos. Criticou o formato virtual da escuta pública (Google Forms), defendendo a descentralização e regionalização da participação social, como já vem sendo praticado por comitês culturais locais, com grande adesão popular. Expressou preocupação com a mobilização de plateias, destacando a necessidade de garantir público para as ações culturais, sob risco de comprometer os projetos. Por fim, defendeu que proponentes recebam pelos próprios projetos, reconhecendo seu papel como gestores culturais.

O Sr. Raul iniciou sua fala destacando que participou da reunião com o objetivo de aprender e compreender melhor o funcionamento das políticas culturais e dos instrumentos de fomento, especialmente no contexto das diretrizes do Instituto de Cultura. Relatou que, para muitos agentes culturais iniciantes, esse universo institucional ainda parece complexo e inacessível, o que cria uma barreira invisível que dificulta a participação de novos fazedores de cultura. Compartilhou sua percepção de que, ao participar presencialmente pela primeira vez, percebeu que a dinâmica das reuniões é diferente do que imaginava, sendo mais acessível do que aparenta nos documentos formais. Sugeriu que, como parte do rito das reuniões, haja um momento inicial de esclarecimento prático sobre os objetivos da reunião, os temas que serão tratados, quem tem voz de fala no processo, e como os participantes podem contribuir de forma efetiva. Ressaltou que essa mediação inicial ajudaria a incluir mais pessoas no debate e a reduzir a sensação de distanciamento, promovendo maior participação popular, especialmente de quem está começando a se envolver com políticas culturais.

A Presidente Rosa Carla ressaltou que a implementação das políticas públicas deve atender prioritariamente à comunidade que faz cultura, pois são esses fazedores os responsáveis por garantir o direito constitucional da sociedade ao acesso à cultura. Enfatizou que todos os presentes têm lugar de fala, especialmente por serem integrantes ativos do setor cultural. O importante, segundo ela, é compreender o posicionamento de onde cada um fala, seja do segmento do teatro, literatura, música, audiovisual, entre outros, e reconhecer que ninguém melhor que os próprios fazedores de cultura para apontar os gargalos e as necessidades do setor. Ressaltou ainda que essa escuta qualificada da

comunidade cultural é fundamental para orientar os gestores públicos na elaboração de políticas mais eficazes, inclusivas e representativas.

A Rita Andrade destacou sua preocupação com a limitação orçamentária da política cultural frente à vasta demanda do Distrito Federal, frisando a necessidade de ações mais eficazes e inclusivas. Ressaltou que a PNAB ainda carrega o caráter emergencial de recuperação pós-pandemia e deve, portanto, priorizar ações afirmativas e equidade de acesso. Ela propôs que a Portaria nº 58/2018, que trata da equidade de gênero na cultura, seja considerada nas próximas linhas de fomento, uma vez que a legislação atual não contempla diretamente o protagonismo de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Reforçou a importância de cruzamentos inteligentes nos critérios de seleção, contemplando recortes interseccionais entre raça, gênero, territórios e condições de vulnerabilidade. Abordou também a grave escassez de espaços culturais no DF e sugeriu o uso estratégico de espaços escolares, como auditórios, para realização de atividades culturais, especialmente diante da falta de plateia e da dificuldade de acesso a espaços públicos como o Teatro Nacional e a Casa Plínio Marcos. Além disso, alertou sobre a crescente perda de autonomia dos projetos culturais, com o surgimento de plataformas e escritórios especializados que, segundo ela, têm capturado o processo de inscrição e captação de recursos públicos. Propôs a criação de mecanismos que garantam a legitimidade dos proponentes, assegurando que os recursos cheguem, de fato, aos fazedores e fazedoras de cultura do DF. Finalizou pedindo mais atenção e respeito dos conselheiros durante as reuniões, sugerindo que o uso de celulares seja evitado para preservar a escuta ativa e a seriedade do espaço deliberativo.

A senhora Bárbara trouxe à pauta a situação da Feira de Artesanato da Torre de TV, destacando sua relevância cultural e histórica como ponto de encontro de artesãos e artistas do DF, e denunciou o abandono institucional do espaço. Segundo ela, a divisão de responsabilidades entre a Secretaria de Turismo (monumento da Torre) e a Secretaria de Mobilidade Urbana (feira) tem dificultado o acesso às políticas culturais pelos trabalhadores do local, que não são devidamente assistidos pela Secretaria de Cultura. Apontou que, apesar de ser reconhecida em lei como ponto cultural, a feira carece de estrutura, especialmente após sua remoção do antigo espaço com palco para o local atual, onde as atividades culturais foram esvaziadas. Bárbara alertou que a maioria dos artesãos sequer sabe que são fazedores de cultura, o que explica a baixa participação do segmento nas consultas públicas, e solicitou ações concretas de inclusão da feira nas políticas públicas culturais. Também manifestou preocupação com a reforma prevista para o local, que, segundo ela, não prevê a reinstalação do palco nem espaços adequados para apresentações artísticas, desvalorizando a expressão cultural ali existente há mais de 20 anos. Finalizou pedindo que, diante de tantas demandas por locais de execução de projetos, a Torre de TV e sua feira sejam lembradas e priorizadas nas ações da Secretaria.

A senhora Vilani destacou que a linguagem da dança tem sido constantemente deixada de lado nos debates e nas políticas culturais, apesar de seu caráter artístico, expressivo e de resistência. Mencionou haver movimentos potentes de dança no DF que não recebem o devido fomento ou espaço. Sobre a literatura, apontou a falta de incentivo e visibilidade no Distrito Federal, mesmo sendo a capital do país. Ressaltou que há muitos talentos literários pouco reconhecidos, o que é agravado pela ausência de apoio e de divulgação da produção local. Abordou também a importância de valorizar a diversidade cultural nas diferentes regiões administrativas, afirmando que muitas vezes não se conhece o que acontece nos próprios territórios. Criticou a visão centralizada no Plano Piloto e a desigualdade no reconhecimento das regiões periféricas. Como sugestão, propôs a realização de um levantamento territorial real e atualizado dos espaços, festivais e carências culturais em cada localidade do DF, para subsidiar políticas públicas mais justas e descentralizadas. Concluiu destacando a importância dos espaços de escuta e participação, como a reunião em questão.

A senhora Josania trouxe como pauta central a atuação da OSC (Organização da Sociedade Civil) atualmente responsável pela operacionalização da política pública cultural em questão. Destacou que apenas 5% das ações previstas foram realizadas, o que evidencia o fracasso da gestão atual e a necessidade urgente de abrir novo processo seletivo para escolha de uma nova OSC. Ressaltou ser imprescindível que, no próximo edital, a atividade-fim da OSC seja obrigatoriamente cultural, e não apenas social, como tem ocorrido. Segundo ela, é inaceitável que entidades sem vínculo real com o setor cultural estejam executando políticas públicas dessa natureza. Josânia também apontou uma série de problemas operacionais e estruturais, como: Formulário eletrônico com falhas, que não salvava o

conteúdo preenchido; Planilhas e arquivos anexos não editáveis, dificultando o processo de inscrição; Ausência de atendimento presencial e suporte ineficaz, com respostas genéricas; Exigência indevida de documentos, como o certificado de solicitação de ponto de cultura — documento que o Ministério da Cultura (MINC) não emite; Capacitação para prestação de contas oferecida tardiamente, causando prejuízos aos proponentes; Plataforma de prestação de contas com abertura por blocos, sem respeito ao cronograma individual dos projetos; Falta de transparência na composição da equipe técnica da OSC, com trocas de pessoal sem comunicação pública e sem comprovação da competência dos novos integrantes. Reforçou que a formação sobre prestação de contas deve anteceder a execução dos projetos e que a plataforma deve estar sempre aberta, respeitando os cronogramas individuais. Concluiu afirmando que é necessário carinho e critério na seleção da nova OSC, assegurando que a cultura seja prioridade real, com transparência, escuta qualificada e apoio técnico efetivo aos fazedores de cultura.

A Presidente Rosa Carla esclareceu um ponto importante sobre as ações afirmativas e a atuação das OSCs, reafirmando que o edital já contempla a exigência de que a organização executora tenha atividade principal na área da cultura. Ressaltou que essa exigência está prevista de forma clara no próprio edital e pode ser verificada nos CNAEs das entidades contempladas, todos classificados como CNAE cultural. Destacou que essa informação é documentada, pública e acessível, e que a leitura atenta do edital revela todas essas disposições já estabelecidas. Reforçou, assim, que não há omissão quanto à exigência de atuação cultural por parte das organizações envolvidas na execução das ações culturais da política pública em questão.

Josânia alertou sobre a importância de se avaliar criteriosamente o portfólio das OSCs no processo de seleção. Ressaltou que algumas organizações listaram CNAE cultural, mas, ao analisar suas experiências anteriores, ficou evidente que sua atuação principal é na área social, e não cultural. Explicou que, ao se abrir uma organização, é possível cadastrar diversas atividades secundárias, mas o que define sua linha de atuação é a atividade principal registrada, que deve obrigatoriamente ser cultural. Destacou, portanto, a necessidade de verificação prática e rigorosa dessa atividade principal durante o processo seletivo, para garantir que as entidades estejam verdadeiramente comprometidas com o setor cultural.

A Presidente Rosa Carla esclareceu que, no processo de seleção das OSCs, são avaliados tanto a proposta técnica quanto o portfólio da organização, considerando seu histórico e a capacidade de execução na área cultural. Segundo ela, as OSCs contempladas apresentaram nos autos essa expertise cultural, o que foi devidamente documentado e registrado no processo administrativo. Reforçou que, caso haja problemas na execução posterior, isso deve ser discutido em outra instância, pois não compromete os critérios que foram adotados na fase de seleção. Por fim, convidou os participantes a trazerem sugestões de melhorias para os próximos processos seletivos.

A conselheira Shurama destacou a importância de considerar que, ao longo do tempo, as equipes envolvidas nos projetos podem passar por mudanças. No entanto, mesmo com alterações de pessoal, a organização responsável deve manter a mesma capacidade técnica prevista inicialmente. Ressaltou que essa exigência é válida para qualquer edital, que sempre inclui entre seus critérios a comprovação de capacidade técnica, inclusive no caso dos pontos de cultura, que possuem especificidades próprias. Enfatizou que, na análise de qualquer proposta, é essencial observar a continuidade da qualificação, tanto nos documentos quanto na prática, uma vez que a execução de projetos demanda experiência efetiva e bagagem técnica consistente.

A senhora Tamara iniciou sua contribuição destacando a necessidade de aprimorar os mecanismos de governança, controle social e transparência no processo de seleção e execução das OSCs. Mencionou que acompanhou de perto a proposta da PNAB 1, na qual, segundo ela, a ficha técnica contava com três pessoas da área da cultura, que se afastaram posteriormente por discordarem da condução. Defendeu a obrigatoriedade de carta de anuência para composição das fichas técnicas das OSCs e dos projetos, como forma de garantir que o portfólio dos fazedores de cultura não seja usado de forma indevida. Sublinhou a importância de haver controle eficaz na execução, pois, muitas vezes, as propostas são boas no papel, mas não se concretizam adequadamente na prática. Reforçou ainda a necessidade de uma comunicação mais clara com os proponentes e de formação orientadora desde o início, especialmente para os mestres da cultura popular que encontram dificuldades com a escrita de projetos. Propôs que a plataforma seja mais acessível e intuitiva, e que sejam consideradas outras formas de avaliação, como envio de vídeos ou

avaliações orais. Tamara também sugeriu que a PNAB contemple linhas específicas de premiação, voltadas a pessoas físicas, coletivos, PJs e espaços culturais, como forma de valorização e reposição histórica. Criticou a atuação de alguns pareceristas sem experiência prévia, defendendo uma orientação mais robusta a esses profissionais. Relatou casos em que pareceristas reduziram notas em critérios de equidade de gênero por não compreenderem que equidade não significa paridade exata, mas sim justiça e compensação de desigualdades. Por fim, apontou a ausência de linhas importantes, como literatura, patrimônio e cultura popular, nas chamadas anteriores, e questionou qual será a divisão percentual dos recursos entre o setor do audiovisual e as demais áreas.

A Presidente Rosa Carla informou que a consulta pública do ciclo II será realizada de forma híbrida, ou seja, online e presencial, conforme já discutido na última reunião. Ressaltou que o objetivo da consulta é ouvir a comunidade cultural sobre quais áreas e segmentos devem receber maior aporte de recursos nesta nova etapa. Reforçou que, embora a Secretaria de Cultura tenha instrumentos e índices próprios para orientar a distribuição dos recursos, é essencial que a comunidade participe ativamente, trazendo suas demandas e prioridades. Alertou que, na ausência dessa devolutiva, o órgão acaba tendo que deliberar de forma unilateral, o que não é o ideal em uma política pública construída com base na escuta e participação social.

Tamara reforçou ainda pontos já mencionados sobre a necessidade de transparência e maior participação da comunidade cultural nos processos de fomento. Destacou a importância de tornar os processos mais acessíveis e menos burocráticos, garantindo que não apenas agentes experientes possam participar, mas também novos fazedores de cultura. Enfatizou a necessidade de mecanismos claros de controle social, acompanhamento e prestação de contas efetivos. Ressaltou também a importância de formas inclusivas de avaliação que respeitem as especificidades da cultura popular e dos territórios. Destacou a relevância da formação tanto para fazedores quanto para pareceristas, para que haja entendimento claro dos critérios, objetivos dos editais e avaliação justa, especialmente considerando as políticas afirmativas. Salientou a importância de fortalecer a participação da comunidade cultural em todas as etapas, para que as políticas públicas atendam efetivamente às necessidades reais do setor.

A senhora Rita abordou a importância da equidade e representatividade nas políticas públicas, ressaltando a necessidade de garantir que mulheres, povos indígenas, população negra e outros grupos minorizados sejam efetivamente contemplados, e não apenas formalmente incluídos. Destacou a valorização dos territórios do Distrito Federal, lembrando que a cultura acontece em todas as regiões administrativas, não só na região central, e que é fundamental assegurar acesso e recursos para fortalecer a diversidade cultural do DF. Enfatizou a necessidade de investir na formação e capacitação dos fazedores de cultura, para ampliar suas atuações e fortalecer suas propostas culturais, avançando para uma política pública mais justa, democrática e efetiva.

O participante representante do audiovisual ressaltou a importância do Conselho de Cultura do Distrito Federal (CCDF) como espaço para apresentação e discussão de propostas políticas culturais estruturadas. Comentou que o setor audiovisual está se organizando para realizar um seminário com o objetivo de elaborar uma política cultural completa, que será encaminhada à Secretaria de Cultura e gestores. Destacou a necessidade de uma política cultural estruturada, que vá além da simples distribuição de recursos financeiros, para evitar que os setores culturais disputem por pequenos valores sem resolver os problemas maiores da classe cultural. Reforçou que o CCDF deve ser o espaço para apresentar essas políticas e que, em breve, o setor audiovisual apresentará sua proposta, a qual abordará como se encaixam os editais FAC, PNAB e LPG dentro da política audiovisual do Distrito Federal.

A presidente destacou a importância de observar os prazos nos processos públicos, citando o exemplo da consulta pública da PNAB que está em andamento, com prazo para encaminhamento ao comitê responsável pela execução e definição da distribuição dos recursos. Ela reforçou que, embora outras propostas possam ser recebidas, é fundamental que a comunidade compreenda o tempo limitado para apresentação e execução dessas demandas. Esclareceu que sua fala refere-se especificamente ao ciclo da PNAB sem fechar portas para debates futuros sobre outros temas, ressaltando a pluralidade do Conselho. Finalizou dizendo que, na ausência das contribuições necessárias dentro do prazo, a decisão ficará a cargo do órgão executor.

Outro participante ressaltou a necessidade de deixar claro, na distribuição dos recursos da PNAB, que o Programa Cultura Viva já possui percentuais definidos pelo Ministério da Cultura, 20% para pontos de cultura e 15% para pontões. Contudo, defendeu que esse valor também seja debatido no âmbito do Distrito Federal, com vistas a um possível aumento. Argumentou que, com a abertura de novos pontos e pontões de cultura, o número de propostas aptas a participar crescerá significativamente, e o recurso atualmente disponível não será suficiente para atender essa demanda ampliada. Citou mapeamento recente realizado pelo Pontão de Cultura do DF, que já identificou cerca de 75 pontos certificados, com estimativa de alcançar 150 pontos registrados junto ao Ministério da Cultura. Além disso, mencionou a existência de outro levantamento cultural que pode revelar ainda mais pontos ativos, inclusive fora do radar inicial. Encerrou sua fala destacando a importância de considerar o Programa Cultura Viva com o mesmo peso dado a outras áreas, como o audiovisual, nos debates sobre a alocação de recursos.

O senhor Marcos Fabrício criticou a ausência do setor literário na primeira edição da PNAB e pediu sua inclusão no Ciclo II. Defendeu o equilíbrio entre políticas baseadas em território e em linguagem, destacando que ambas são essenciais e não excludentes. Alertou para o “centralismo plano-pilotiano” e pediu mais atenção às Regiões Administrativas. Ressaltou a importância do Conselho como espaço de reflexão crítica, além das questões financeiras.

A Sra. Edvania iniciou sua fala reforçando a necessidade de inclusão do livro, da literatura e da leitura na PNAB 2, uma vez que esses setores não foram contemplados na primeira edição. Destacou a importância dos editais de premiação, que reconhecem a trajetória dos agentes culturais, mencionando que já existem editais voltados para mulheres, mestres da cultura, pessoas de terreiros e comunidade LGBTQIA+. Contudo, ressaltou a necessidade de ampliar esse reconhecimento para pessoas com deficiência (PCDs). Como escritora e poeta, propôs a criação de um edital específico para premiação de poetas, um segmento que carece de reconhecimento de suas trajetórias. Enfatizou que os editais de premiação são importantes por serem mais simplificados e acessíveis, permitindo que agentes culturais que não dominam a elaboração de projetos tradicionais possam participar enviando apenas portfólios e relatos de suas trajetórias. Finalizou solicitando que a PNAB 2 contemple editais de premiação inclusivos, voltados a minorias e pessoas frequentemente excluídas dos processos convencionais.

O Conselheiro Wellington Rocha iniciou sua fala concordando com a importância do setor audiovisual e reconhecendo que, embora tenha alcançado certa estruturação, outros segmentos culturais também merecem reconhecimento e apoio, especialmente aqueles que ainda buscam organização e visibilidade. Ele mencionou um estudo da Universidade Católica que analisa a indústria criativa e a cadeia produtiva da cultura, ressaltando a necessidade de um diagnóstico profundo e estruturado dos setores culturais do Distrito Federal. Propôs a criação de um Escritório de Dados da Cultura do DF, um sistema para monitoramento, análise e inteligência que possibilite o levantamento de informações concretas, como perfis de fazedores culturais, custos médios de produção, cadeias produtivas de diversas linguagens e tempos de processos criativos. Segundo o conselheiro, a falta de dados objetivos dificulta o planejamento e a execução de políticas públicas eficazes, reforçando que decisões administrativas precisam ser embasadas em estudos e números precisos. Ele enfatizou a importância de debater e formalizar essa proposta, convidando o conselho a avançar nessa direção. Por fim, reafirmou a integração entre territorialidade e linguagens culturais, destacando a necessidade de equilíbrio entre esses dois aspectos na formulação das políticas públicas.

A conselheira Neide trouxe uma proposta para ampliar a escuta ativa do Conselho em relação ao segundo ciclo da PNAB, sugerindo que o Conselho aceite contribuições escritas via e-mail, devido à baixa participação presencial nas consultas públicas já realizadas. Destacou que, mesmo com esforços de mobilização, o número de participantes efetivos foi reduzido, o que exige ampliar os canais de participação. Propôs ainda que os resultados da escuta sejam sistematizados e amplamente divulgados para garantir transparência e credibilidade ao processo, permitindo que a comunidade acompanhe o aproveitamento das contribuições nas políticas públicas. Ela explicou que historicamente a comunidade cultural do DF tinha pouco contato direto com a Secretaria de Cultura, que se concentrava em políticas do FAC. A pandemia ampliou o acesso, mas evidenciou a necessidade de formações em alfabetização digital, elaboração de projetos e uso da plataforma digital, que atualmente apresenta dificuldades técnicas. A conselheira enfatizou a importância da descentralização dos recursos, da simplificação da plataforma de inscrição de projetos, que deve salvar automaticamente os dados para evitar perdas, e da ampliação da

participação comunitária. Concluiu apresentando duas propostas para votação no Conselho: aceitar contribuições escritas via e-mail em prazo definido e garantir a visibilidade pública dos resultados da escuta em canais acessíveis à comunidade.

A presidente destacou que as Atas e áudios das reuniões do CCDF, ficam na página da SECEC, na aba CCDF.

O Conselheiro Vitelli destacou os desafios da comunicação nas quebradas, onde muitas ações culturais, especialmente no campo do livro e leitura, ocorrem fora das instâncias oficiais, com acordos informais entre comitê e sindicato. Propôs ao secretário que seja aumentado o valor destinado ao livro e leitura no FAC, para que os recursos atendam às reais demandas da quebrada e corrijam distorções históricas. Criticou o uso de recursos do FAC para premiações internacionais que beneficiam poucos, evidenciando a exclusão da cultura periférica. Apresentou as seguintes propostas urgentes: Aumento dos recursos para livro e leitura no FAC; Inclusão de linhas específicas para publicação e doação de livros da cultura periférica; Fortalecimento do Sindicato da Leitura, Feira do Livro e Rede de Bibliotecas Comunitárias, focando nas regiões vulneráveis; Criação de política efetiva para atender as demandas da quebrada. Reforçou que representa a sociedade civil e atua junto a populações não alcançadas por políticas públicas, como na Torre de TV. Lembrou que, embora o artesanato esteja sob a Secretaria de Turismo, ele é cultura e arte popular. Citou a Feira do Artesanato da Torre como exemplo de ocupação cultural periférica idealizada por uma mulher da quebrada, que gera renda e exemplifica resistência cultural. Finalizou enfatizando a urgência de uma linha específica de financiamento para publicações e doações de livros da cultura periférica.

O conselheiro Célio manifestou preocupação com o aumento da sobrecarga sobre a Secretaria Executiva decorrente do recebimento de mais contribuições por e-mail. Ele destacou que já foram realizados uma escuta pública presencial, uma consulta online e que há possibilidade de uma segunda consulta presencial, suficientes para a comunidade cultural apresentar suas propostas. Por isso, posicionou-se contra a proposta da conselheira Neide, argumentando que ampliar os canais de contribuição por e-mail pode comprometer a capacidade operacional da Secretaria e outras frentes importantes do Conselho. Enfatizou a necessidade de garantir o avanço das etapas do Conselho, evitando atrasos causados por excesso de coleta e falta de um fluxo operacional definido.

A presidente informou que a reabertura do formulário no Google Forms não está descartada, mas depende da disponibilidade de tempo. Ressaltou que nos próximos 15 dias poderá ocorrer uma nova consulta presencial. Destacou que a Secretaria não rejeita a escuta da sociedade civil e pediu equilíbrio para evitar polarizações e tensões desnecessárias. Esclareceu que a nova consulta presencial será uma oportunidade para que setores e grupos culturais se organizem coletivamente e entreguem propostas compiladas, facilitando o trabalho da Secretaria Executiva na sistematização das contribuições. Assim, a escuta será ampliada, com participação ativa da sociedade civil, sem sobrecarregar a estrutura responsável pelo processamento das informações, respeitando os prazos da PNAB e o papel do Conselho como instância deliberativa e colaborativa.

A conselheira Neide reforçou que a proposta inicial para o recebimento de contribuições é que estas sejam enviadas exclusivamente por coletivos, e não individualmente, devido à limitação da estrutura humana da Secretaria Executiva para sistematizá-las. Destacou a importância de que a sistematização das contribuições seja registrada em ata e organizada, ressaltando que essa tarefa recai sobre a equipe da Secretaria e os conselheiros.

Desta forma, em acordo com os representantes do Comitê PNAB da SECEC, ficou acertado que o formulário de consulta pública PNAB online para recebimento de contribuições seria reaberto por mais 10 dias, no dia seguinte a esta reunião. Além disso, o Pleno do Conselho aprovou por unanimidade que uma segunda Consulta pública Presencial será realizada no dia 17 de junho, próxima reunião ordinária do CCDF.

## **ENCERRAMENTO.**

**A Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 10ª Reunião Ordinária do Conselho de Cultura do DF.**



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA SALES HERRERO - Matr.0254473-3, Secretário(a) Executivo(a)**, em 10/07/2025, às 16:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROSA CARLA MONTEIRO DE OLIVEIRA - Matr.0255103-9, Presidente do Conselho**, em 10/07/2025, às 16:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neidelená Regina de Macedo Nobre, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 16:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Ribeiro, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 16:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SHURAMA PINHEIRO TOLEDO - Matr.0254729-5, Coordenador(a) do Fundo de Apoio à Cultura**, em 10/07/2025, às 19:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **AMAURI PESSOA VERAS - Matr.0255312-0, Chefe da Assessoria de Mobilização e Participação Social**, em 11/07/2025, às 12:34, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Rocha do Nascimento, Usuário Externo**, em 11/07/2025, às 12:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Vitelli Peixoto, Usuário Externo**, em 11/07/2025, às 14:06, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO CÉLIO RODRIGUES PIMENTEL - Matr.0254990-5, Chefe da Assessoria de Relações Institucionais**, em 25/07/2025, às 12:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=172016508)  
verificador= 172016508 código CRC= F0B181E1.

Telefone(s):  
Sítio - [www.cultura.df.gov.br](http://www.cultura.df.gov.br)

---

00150-00000557/2025-84

Doc. SEI/GDF 172016508